

Está faltando uma estratégia global, diz o banqueiro.

A discussão sobre as taxas de juros e a redução do déficit público deverá repercutir bastante na reunião de hoje, entre o presidente José Sarney e dez empresários de todo o País. Mas já começaram a repercutir ontem mesmo, com vários empresários e economistas se manifestando sobre o tema. O banqueiro Marcílio Marques Moreira, do Unibanco, por exemplo, acha que a queda das taxas de juros não pode ser imposta de forma artificial.

Ele acha que o governo deve ter uma estratégia global, abrangendo as políticas monetária, fiscal e tributária, que permita realocar as prioridades dos investimentos estatais. Só assim, diz ele, será possível reduzir as incertezas dos poupadores e investidores, um fator fundamental na composição das taxas de juros.

Moreira acha necessário restabelecer o hábito de poupança no País, que já caiu quase à metade dos níveis da década passada. Com a maior oferta de recursos financeiros e uma ação conjugada do governo será possível, a seu ver, praticar taxas de juros mais moderadas.

Para o banqueiro, enquanto o governo não definir uma política econômica global, especificando os cortes de despesas governamentais, eliminando as despesas supérfluas e mostrando que vai agir diretamente

sobre as causas do déficit público, não surgirá a confiança, e com o aumento do grau de incerteza os agentes econômicos exigem um prêmio além de taxas de juros razoáveis para cobrir as incógnitas atuais.

Economistas

As declarações do ministro Francisco Dornelles — de que “a política monetária não é do Banco Central, mas sim do ministro da Fazenda, e por isso ela não vai ser mudada” — foram criticadas pelo Conselho Federal de Economia, através de seu presidente, Silvando da Silva Cardoso, que enviou telegrama ao ministro.

No telegrama, o Conselho “demonstra sua preocupação, ao tomar conhecimento de que o debate atual sobre as taxas de juros esteja caminhando, perigosamente, para a radicalização das posições e também para uma ortodoxia financeira”. Os economistas afirmaram, também, no telegrama, que a saída para essa radicalização e ortodoxia é “as autoridades monetárias ouvirem ponderações, seguindo o exemplo que está sendo dado pelo presidente José Sarney”.

O Conselho Federal de Economia encerrou o rápido telegrama, alertando que o sistema financeiro poderá sofrer abalos, já que “é impossível bancar a captação de custos crescentes”, ao mesmo tempo em que está ocor-

rendo uma “insuficiente demanda por crédito pelas empresas de primeira linha”.

Já o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, não quis comentar a atual política econômica, dizendo apenas que o combate simultâneo ao déficit público e à inflação é importante “mas já derrotou muitos governos”.

Sobre a questão dos juros, o secretário de Planejamento de Minas Gerais, Luís Alberto Rodrigues, ligado a Dornelles, sugeriu que o ministro João Sayad detalhe melhor seu plano para reduzir os juros, pois vem insistindo nesse tema sem apresentar propostas claras. “Ninguém diminui os juros por decreto”, disse ele. “Há cerca de dois anos e meio, Delfim Neto decretou a queda dos juros e o resultado foi o festival de lucros das empresas com grande poder de negociação junto a bancos oficiais — os únicos a cumprir a decisão do ministro.”

Por sua vez, no Congresso o deputado João Cunha (PMDB-SP) criticou Dornelles por manter os mesmos princípios do governo anterior. “O ministro deve saber que a política monetária não é nem do Banco Central nem do ministro da Fazenda, deve ser ditada pelo governo enquanto expressa a vontade do povo. Os tempos da ditadura acabaram e Dornelles não está apercebido disso.”